

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

ENCLOSURE OF INFANTS WITH SPECIAL NEEDS IN THE BASIC EDUCATION

¹COUTINHO, J. C.; ²HERNANDES, M.

¹²Curso de Pedagogia – Faculdades Integradas de Ourinhos-FIO/FEMM

RESUMO

O tema “Inclusão de crianças portadoras de necessidades educacionais especiais” é de interesse de vários profissionais da área pedagógica, pois, os leva a conhecer um pouco mais das dificuldades enfrentadas pelas crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, e a estudar mais a importância da inclusão destas crianças em escolas de ensino regular, onde estas possam conviver com outros alunos, da mesma faixa etária, a fim de ajudar no desenvolvimento da autonomia. O objetivo geral é destacar os maiores problemas enfrentados na luta pela inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais. A hipótese de pesquisa formulada foi: mais do que criar condições para inclusão de crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, a escola tem como desafio mudar as relações entre os sujeitos como um desde um todo, desde a organização do projeto pedagógico até a postura diante dos alunos. Assim o presente trabalho teve como objetivo levar à uma maior reflexão frente a temática Inclusão, proporcionando um maior aprofundamento a fim de obter uma especialização de qualidade na área pedagógica de educação inclusiva, por esse fato, o autor identifica-se com os postulados de Sasaki e Staimback e Staimback, os quais defendem a potencialidade do ser humano independente de ser ou não portador de alguma necessidade educacional especial.

Palavras-chave: Autonomia; Educação Básica; Inclusão.

ABSTRACT

The special educational needs bearers infants Enclosure subject is of interest of several professionals of the pedagogical area, therefore, the tappet it know a little more of the difficulties faced by the special educational needs bearers infants, and it study more the importance of the enclosure of these infants in schools of regular education, where these live together with others students, of the same age group, in order to help in the development of the autonomy. The general objective is going to detach the biggest problems faced in the fights by the special educational needs bearers students enclosure. The hypothesis of research formulated was: more than create conditions for special educational needs bearers infants enclosure, the school has as I challenge to change the relations between the subjects like a since an all, since the organization of the pedagogical project up to posture faced with the students. Like this the present work had like objective cause to the a bigger reflection facing thematic Enclosure, providing a bigger deepening in order to obtain a specialization of quality in the pedagogical area of inclusive education, by that fact, the author identifies-itself with the assumptions of Sasaki and Staimback and Staimback, the which defend the potential of him be independent human of be or not bearer of some special educational need.

Keywords: Autonomy; Basic Education; Enclosure.

INTRODUÇÃO

A escolha deste tema foi decidido pelo autor após as aulas sobre Inclusão Social, ministrada pela professora Márcia Hernandez, no III termo de Pedagogia das faculdades Integradas de Ourinhos (FIO). Assim foi despertado grande interesse pelo estudo das dificuldades enfrentadas pelas crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, durante as séries iniciais. Para desenvolver o trabalho, foi trabalhado o seguinte problema: como lidar com o preconceito com crianças portadoras de necessidades educativas especiais na escola?

De acordo com Sasaki (2003), os conceitos para o entendimento das práticas sociais, moldam nossas ações e permitem analisar programas, serviços e políticas sociais, pois, os conceitos acompanham a evolução de certos valores éticos como aqueles em torno da criança portadora de necessidades educacionais especiais.

A inclusão social é vista como um processo pelo qual a sociedade se adapta e é por esse motivo que as escolas têm que trabalhar e muito a inclusão, pois, se as crianças desde muito cedo conviver e entender que os portadores de necessidades educacionais especiais têm capacidades e limitações não somente limitações o preconceito tende a diminuir. No entanto para que isso ocorra, a escola deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender as necessidades das crianças portadoras de necessidades educacionais especiais. Esse desenvolvimento deve ocorrer por meio da educação, reabilitação, qualificação, para que os portadores de necessidades educacionais tenham oportunidades como as pessoas consideradas “normais”.

[...] Ter oportunidades para tomar decisões que afetam sua própria vida independente tem a ver com a autodeterminação e com o direito a oportunidade a oportunidade para seguir um determinado caminho. E significa ter liberdade de falhar e aprender com os próprios erros tal como fazem as pessoas não deficientes. (ILRU, 1999, p.32, apud SASSAKI, 2003, p. 52).

Nesse sentido ressalta-se que cidadania significa fazer escolhas e ter coragem de levá-las adiante, mesmo errando não se pode ser mero receptáculo passivo e sim um cidadão consciente e criativo.

De acordo Staimback e Staimback a inclusão nas escolas lança sementes do descontentamento e da discriminação social a educação é uma questão de direito

humanos e os indivíduos portadores de necessidades educacionais especiais devem fazer parte das escolas regulares e as mesmas devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos. Em sentido mais amplo, o ensino inclusivo é a prática da inclusão para todos independente de seu talento deficiência, origem sócio econômica. Ou seja, para que ocorra a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais é necessário que ocorra uma reforma no currículo escolar, uma reestruturação e renovação escolar, onde alunos, pais e professores, diretores que estão envolvidos no trabalho cotidiano de incluir alunos portadores de necessidades educacionais especiais são importantes representantes de uma força cultural poderosa para renovação escolar.

[...] Na maioria das reformas de reestruturação, imagina-se que novas estruturas resultem que novos comportamentos e culturas, mas na maioria das vezes não consegue isso. Não há dúvidas sobre um relacionamento recíproco entre as mudanças estrutural e cultural. Mas ele é muito poderoso quando professores e diretores começam a trabalhar de novas maneiras apenas para descobrir que as estruturas escolares estão adequadas para novas orientações e devem ser alteradas... (FULLEN,1993,p.49 apud STAIMBACK e STAIMBACK, 1999, p. 49).

De acordo com Mantoam (2003), o próprio sistema escolar divide os alunos entre normais e portadores de necessidades educacionais especiais uma visão determinista, mecanista formalista próprio do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo. Sem os quais não conseguimos romper o velho modelo escolar. Se o que é desejado é uma escola de qualidade devemos iniciar a mudança pelos profissionais que nela atuam, professores que se julgam capazes de lidar com as diferenças na sala de aula, pois, é fácil receber os (alunos que aprendem apesar da escola) e é mais fácil ainda encaminhá-los para classes especiais ou escolas especiais os que têm dificuldade de aprendizagem. A sociedade está habituada a repassar os problemas individuais para os outros colegas “especializados”, pois, assim não recai sobre os ombros o peso de nossas limitações emocionais.

Assim, pode-se compreender com base nas idéias de Mantoan (2003), que nem sempre os compromissos educacionais são levados a sério, desconsiderando o que dispõe-se em realizar quando define-se os planos escolares, o planejamento, geralmente, tende a ser certamente bem pouco sincero com os próprios elaboradores, com a comunidade escolar e com nossos alunos, se o momento é de

enfrentar as mudanças provocadas pela inclusão, escolar deve-se haver uma melhor preparação para atender as necessidades dos alunos sejam eles portadores de necessidades educacionais especiais ou não.

Desta forma, torna-se importante ressaltar que não adianta admitir o acesso dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, nas escolas sem garantir o prosseguimento da escolaridade até o nível que cada aluno foi capaz de atingir. Ao contrário do que alguns ainda pensam não inclusão, quando a inserção de um aluno condicionado a matrícula em uma escola ou classe de especial.

A hipótese de pesquisa formulada foi: mais do que criar condições para inclusão de crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, a escola tem como desafio mudar as relações entre os sujeitos como um desde um todo, desde a organização do projeto pedagógico até a postura diante dos alunos.

O objetivo geral de pesquisa consistiu em destacar os maiores problemas enfrentados na inclusão de crianças portadores de necessidades educacionais tendo como objetivos específicos: compreender o porquê das dificuldades e quais os meios para procurar solucionar o problema da inclusão de portadores de deficiências; apontar metas que poderão ajudar no desenvolvimento de projetos que poderão beneficiar a inclusão de portadores de necessidades especiais; e entender a postura da criança portadora de necessidades especiais diante do desafio da inclusão[...]

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa realizada foi em forma de revisão bibliográfica e desenvolvida com base em material já elaborado, conteúdo principalmente de livros e artigos científicos. (GIL, 2002,p 44). Foram utilizados livros e artigos da biblioteca das FIO.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Educação Básica: O processo de construção de um sistema educacional inclusivo é responsabilidade de todos os que fazem parte da sociedade, cabe a população de maneira geral a conscientização de que todas as pessoas com deficiência fazem parte da sociedade, portanto tem o direito de serem atendidas em suas necessidades especiais. Da mesma forma cabe a população interagir dignamente com as pessoas que apresentam necessidades especiais.

À administração municipal cabe mapear as pessoas com deficiência existentes na comunidade, identificar suas necessidades especiais, planejar a implementação dos ajustes necessários que possa acolhê-las e a elas responder efetivamente, garantindo a implementação desses ajustes. Cabe às áreas de atenção pública: educação, saúde, assistência social, trabalho, cultura, esporte e lazer. Aos profissionais cabem as ações técnica, cooperação transdisciplinar, aos órgãos de representação, o diagnóstico das necessidades o planejamento de ações que promovem a inclusão e a fiscalização da ação pública no ajuste da sociedade, às famílias, a cooperação com os órgãos públicos, profissionais e população em geral no sentido de acessar o espaço comum e dele participar, às pessoas com deficiência, conviver digna e respeitosamente na diversidade.

Especificamente no que se refere ao campo da educação, sabe-se que não há aprendizagem, caso não haja um ensino eficiente. Para que haja um ensino produtivo com eficiência devem ocorrer adaptações curriculares, ou seja, respostas educativas que são dadas pelo sistema educacional para favorecer a todos os alunos dentre estes, mais especificamente, os que apresentam necessidades educacionais especiais. As necessidades especiais revelam tipos de estratégias diferentes das usuais, as quais são necessárias para permitir que as pessoas com necessidades educacionais especiais participem integralmente das oportunidades educacionais com resultados favoráveis dentro de uma programação tão normal quanto possível.

Algumas dessas estratégias compreendem ações que são da competência e atribuição das instâncias político-administrativas superiores, já que exigem modificações que envolvem as ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática. A estas denomina-se adaptações curriculares de grande porte.

As adaptações curriculares no âmbito do projeto pedagógico devem focalizar principalmente a organização e a disponibilização de serviços de apoio. Essas devem propiciar condições para que as demais adaptações, que se façam necessárias para atender as necessidades educacionais especiais de alunos, possam também serem implementadas.

Segundo Brasil (2000a, p. 10):

Adaptações curriculares promovidas no âmbito do projeto pedagógico são: abertura, por parte das instâncias administrativas para flexibilização curricular (de objetivos, conteúdos, métodos de ensino, de estratégias de avaliação, temporalidade, organização), em

função do conhecimento da diversidade de seus alunos; conseqüentemente, definição de objetivos gerais que levem em conta a diversidade do alunado na unidade escolar; planejamento da realização de análise institucional, sistemática do contexto escolar, de forma a identificar os elementos que interferem na instituição de um ambiente escolar inclusivo.

Portanto deve-se ter em mente que antes de adotarmos alguns cuidados rigorosos ao indicar a efetivação de adaptações curriculares, torna-se necessário ter em mãos a real necessidade do aluno e a relação entre o nível de competência curricular deste, ou seja, o caráter processual do desenvolvimento humano e da aprendizagem, permanecendo aberta para subseqüentes alterações nas decisões tomadas, analisando o contexto escolar e familiar do aluno para busca de identificação dos elementos adaptativos necessários para o desenvolvimento do indivíduo, sempre contando participação de uma equipe de apoio multiprofissional no processo de estudo de caso, análise, e tomada de decisão, e registrando documentalmente para integrar o acervo de informações sobre o aluno.

Desta maneira, é necessário enfatizar também que sempre se deve adotar no estudo de caso critérios que evitem adaptações curriculares de grande porte desnecessárias, especialmente as que implicam em supressão de conteúdos, eliminação de disciplinas ou áreas curriculares complexas.

De maneira geral, as adaptações curriculares de grande porte serão úteis para atender a necessidade especial do aluno quando houver discrepância entre suas necessidades e as exigências do currículo regular a medida que se amplia a complexidade das atividades acadêmicas, no avanço da escolarização.

Não se trata aqui de “abrir mão” da qualidade de ensino, ou de empobrecer as expectativas educacionais para os alunos, mas de permitir à alunos com deficiência que apresentam necessidades educacionais especiais o alcance de objetivos educacionais que lhe sejam viáveis e significativos em ambiente inclusivo, na convivência com seus pares.

Segundo Brasil (2000b, p. 08) é muito importante que sejam realizadas mudanças na área de pequeno porte, ou seja, modificações providas pelo professor de forma a permitir e promover a participação positiva dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais no processo de ensino aprendizagem na escola regular. Adaptações de pequeno porte são realizadas exclusivamente pelo professor, não exigindo autorização nem dependendo de ação de qualquer outra

estância superior nas áreas política, administrativa ou técnica. Essas modificações podem ser implementadas em varias áreas e momentos da atuação do professor na promoção do acesso ao currículo, dos objetivos de ensino, no conteúdo ensinado no método de ensino, ou até mesmo na avaliação.

A primeira instância na qual o professor deve promover as adaptações que favorecerão a experiência produtiva da escolaridade para todos os alunos é na elaboração do plano de ensino. Desta forma, o professor deve estar aberto para constatação da diversidade presente no seu grupo de alunos e para a ela responder no âmbito de sua ação pedagógica, assim seu planejamento deverá considerar a diversidade estando alerta às características individuais como a organização do espaço físico da sala de aula, a seleção, adaptação, e a utilização dos equipamentos de forma a favorecer a aprendizagem de todos.

De maneira geral as adaptações de pequeno porte podem ocorrer nas mesmas categorias que as adaptações de grande porte, diferenciando-se principalmente do que se refere à instância que por elas é responsável, ou seja, ambas buscam ensino de qualidade para todos os alunos sendo eles portadores de necessidades especiais ou não, e o professor acima de tudo tem que ter a responsabilidade quanto à tarefa de garantir o acesso de todos seus alunos aos conhecimentos que cabem a eles para socialização.

Deficiências Físicas: O papel do sistema nervoso (SN) é coordenar e controlar a maior parte das funções de nosso corpo, para fazer isso o sistema nervoso recebe milhares de informações dos diferentes órgãos sensoriais e, a seguir integra todas elas para depois determinar a resposta a ser executada pelo corpo. Essa resposta será expressa pelo comportamento motor, atividade mental, fala, sono, busca por alimento, regulação do equilíbrio interno do corpo, entre outros. (BRASIL, 2007a).

Experiências sensoriais podem provocar uma reação imediata no corpo ou podem ser armazenadas como memória no encéfalo por minutos, semanas, ou anos, até que sejam utilizadas num futuro controle de atividades motoras ou em processos intelectuais. (BRASIL, 2007a).

Conforme Brasil (2007a), o aprendizado tem início muito precoce durante a primeira etapa do desenvolvimento infantil a criança especializa e aumenta seu repertório de relações e expressões através dos movimentos e das sensações que lhes proporcionam, ações que executam sobre o meio, da reação do meio,

novamente percebida por ela. Sensações experimentadas, significadas, afetivas e intelectualmente armazenadas, utilizadas e reutilizadas e percebidas em novas relações, nesse sentido a criança com deficiência física não pode estar indo à parte para desenvolver suas habilidades motoras. É preciso que ela receba os benefícios tecnológicos e de reabilitação em constante interação com o ambiente ao qual ela pertence. É muito mais significativo para a criança desenvolver habilidades de fala se ela tem com quem se comunicar. Da mesma forma, é mais significativo desenvolver habilidade de andar se para ela está garantindo seu direito de ir e vir.

O ambiente escolar é para qualquer criança o espaço por natureza de interação de uns com os outros. É nesse espaço que nos vemos motivado a estabelecer comunicação, a sentir necessidade de locomover, entre outras habilidades que nos fazem pertencer ao gênero humano. A inclusão escolar é a oportunidade para que de fato a criança com deficiência física não esteja à parte, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido. (BRASIL, 2007a).

A educação infantil nesse contexto tem duas importantes funções: “cuidar” e “educar”. Cuidar tem o sentido de ajudar o outro a se desenvolver como ser humano, atender as necessidades básicas, valorizar e desenvolver capacidades. Educar significa propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagem orientadas de forma integrada que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito, confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 2007a)

O ambiente escolar promove desafios de aprendizagem. Privar uma criança ou jovem dos desafios da escola é impedi-los de se desenvolverem. Não podemos aprisionar a nossa concepção equivocada de limitação. O estudo da plasticidade neural vem nos demonstrar que o ser humano é ilimitado e que apesar das condições genéricas ou neurológicas, o ambiente tem fortes intervenções nesses fatores. Quanto mais o meio promove situações desafiadoras ao indivíduo, mais ele vai responder a esses desafios e desenvolver habilidades perdidas ou que nunca foram desenvolvidas. Se propusermos situações de acordo com a limitação da criança, ela não encontrará motivos para se sentir desafiada.

Uma criança com atraso no desenvolvimento motor, ou com paralisia cerebral, quando incluída em um ambiente inclusivo, tem inúmeras razões para se sentir provocada a desenvolver habilidades que não desenvolveria em um ambiente segregado. (BRASIL, 2007a).

Deficiências Mentais: A dificuldade de diagnosticar a deficiência mental tem levado a uma série de revisões do seu conceito. A medida do coeficiente de inteligência (QI), por exemplo foi utilizada durante muitos anos como parâmetro de definição dos casos. O próprio CID 10 (Código Internacional de Doenças desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde) ao especificar o retardo mental propõe uma definição ainda baseada no coeficiente de inteligência, classificando-o como leve, moderado e profundo, conforme o comprometimento. Também inclui vários outros sintomas de manifestações dessa deficiência como dificuldade do aprendizado e comprometimento do comportamento, o que coincide com outros diagnósticos de áreas diferentes. (BRASIL, 2007b).

A psicanálise, por exemplo, traz à tona a dimensão do inconsciente, uma importante contribuição que introduz os processos psíquicos na determinação de diversas patologias, entre as quais a deficiência mental. A inibição, desenvolvida por Freud, pode ser definida pela limitação de determinadas atividades, causada pelo bloqueio de algumas funções como o pensamento. (Brasil, 2007b).

No entanto Lanca define a debilidade de uma maneira particular de um sujeito lidar com o saber, podendo ser natural ao sujeito, por caracterizar um mal estar fundamental em relação ao saber, ou seja, toda a sociedade tem algo que não consegue-se ou não se quer saber. Mas também define a debilidade como uma patologia quando o sujeito se fixa numa posição débil, de total recusa de apropriação do saber. (BRASIL, 2007b).

Além de todos esses conceitos, que em muitos casos são antagônicos, existe a dificuldade de se estabelecer um diagnóstico diferencial entre o que seja “doença mental” (que engloba diagnósticos de psicose precoce) e “deficiência mental”, principalmente no caso de crianças pequenas em idade escolar. Por todos esses motivos faz-se necessário reunir posicionamentos de diferentes áreas do conhecimento para conseguirmos entender mais amplamente o fenômeno mental. (BRASIL, 2007b).

A grande dificuldade de conceituar essa deficiência trouxe conseqüências graves na maneira de como lidar com o tema e com quem o possui. (Brasil, 2007b).

O medo da diferença e do desconhecido é responsável, em grande parte, pela discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência, principalmente por aquelas com deficiência mental. (BRASIL, 2007b).

A deficiência mental desafia a escola comum no seu objetivo de ensinar, de levar ao aluno a aprender o conteúdo curricular, construindo o conhecimento. O aluno com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola preconiza. Na verdade não corresponder ao esperado pela escola pode acontecer com todo e qualquer aluno, mas os alunos portadores de deficiência mental denunciam a impossibilidade da escola atingir esse objetivo, de forma tácita. (BRASIL, 2007b).

O aluno com deficiência mental tem dificuldade de construir conhecimento como os demais e de demonstrar a sua capacidade cognitiva, principalmente nas escolas que mantêm um modelo de ensino autoritário e centralizado. Essas escolas apenas acentuam a deficiência, aumentam a inibição, reforçam os sintomas existentes, e agravam as dificuldades do aluno com deficiência mental. (Brasil, 2007b).

O caráter meritocrático, homogeneizador e competitivo das escolas tradicionais oprimem o professor, reduzindo-o a uma situação de isolamento e impotência, principalmente frente à seus alunos com deficiência mental, pois são aqueles que mais “entram” o desenvolvimento do processo escolar em todos os seus níveis e séries. Diante da situação a saída encontrada pela maioria dos professores é desvencilhar-se desses alunos que não acompanham as turmas, encaminhando-os para qualquer outro lugar que supostamente saiba como ensiná-los. (BRASIL, 2007b).

O número de alunos categorizados como deficientes mentais foi ampliado enormemente, abrangendo todos aqueles que não demonstram bom aproveitamento escolar e com dificuldade de seguir as normas disciplinares da escola. O aparecimento de novas terminologias, como as “necessidades educacionais especiais”, aumentaram a confusão entre os casos de deficiência mental e outros que apenas apresentam problemas na aprendizagem, por motivos que muitas vezes são devidos as próprias práticas escolares. (BRASIL, 2007b).

Caso as escolas não se reorganizarem para atender a todos os alunos indistintamente, a exclusão generalizada tenderá a aumentar, provocando cada vez mais queixas vazias e maior distanciamento da escola comum dos alunos que supostamente não aprendem. (BRASIL, 2007b).

Na concepção inclusiva a adaptação ao conteúdo escolar é realizada pelo próprio aluno e testemunha a sua emancipação intelectual. Essa emancipação é

conseqüência do processo de alta regulação de aprendizagem, em que o aluno assimila o novo conhecimento, de acordo com suas possibilidades de incorporá-lo ao que já conhece. (BRASIL, 2007b).

Entender esse sentido emancipador da adaptação intelectual é sumamente importante para o professor comum e especializado, pois aprender é uma ação humana, criativa, intelectual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou menos privilegiada. São as diferentes idéias, opiniões, níveis de compreensão que enriquecem o processo escolar e clareiam o entendimento dos alunos e professores. Essas diversidades derivam das formas singulares de adaptar-se cognitivamente a um dado conteúdo e da possibilidade de nos expressarmos abertamente sobre ele. (BRASIL, 2007b).

Ensinar é um ato coletivo no qual o professor disponibiliza à todos os alunos sem exceção o mesmo conhecimento. Portanto ao invés de individualizar e diferenciar o ensino para alguns, a escola comum precisa recriar suas práticas, mudar suas concepções, rever seu papel sempre reconhecendo e valorizando as diferenças. (BRASIL, 2007b).

No entanto a liberdade do professor e dos alunos, de criar melhores condições de ensino e de aprendizagem, não dispensa um bom planejamento de trabalho, seja ele anual, mensal, quinzenal ou mesmo diário. Ser livre para aprender e ensinar não implica em uma falta de limites a regras ou ainda em cair num espontaneísmo de atuação.

A avaliação dos alunos com deficiência mental visa ao conhecimento de seus avanços no entendimento dos conteúdos curriculares durante o ano letivo, seja ele organizado por série ou ciclos. A promoção automática, quando é exclusiva para alunos com deficiência mental, constitui uma diferenciação pela deficiência o que caracteriza discriminação. Em ambos os casos o que interessa para que um novo ano letivo se inicie é o quanto o aluno com ou sem deficiência aprendeu no ano anterior, pois nenhum conhecimento é aprendido sem base no que se conheceu antes.

CONCLUSÃO

A partir dessa reflexão, pode-se dizer que embora possa assustar pelo grande número de mudanças e pelo teor de cada uma delas, a inclusão é como muitos apregoam: “Um caminho sem volta”. Assim, torna-se muito importante ressaltar, que

a escola prepara para o futuro e é certo que se as crianças aprenderem a conviver com o as diferenças na sala de aula serão adultos bem diferentes de outros entes da sociedade, tendo o professor que se empenhar ao máximo tanto para entender a importância da inclusão de crianças portadoras de necessidades educacionais especiais.

REFERÊNCIAS

- SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**. 5. Ed. Rio de Janeiro Editora: WVA, 2003. 174 p.
- STAIMBACK, Suzan e Staimback, Willian. **Inclusão um guia para educadores**. Porto Alegre Editora: Artmed, 1999. 451 p.
- MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo Editora: Moderna, 2003. 29 p.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo Editora: Atlas, 2002. 171 p.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Atendimento educacional especializado / Deficiência física**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2007a. 130 p.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Atendimento educacional especializado / Deficiência mental**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2007b. 82 p.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Adaptações curriculares de grande porte**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2000a. 96 p.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Adaptações curriculares de pequeno porte**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2000b. 96p.